

**18º Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de julho de 2017, Brasília (DF)**

Grupo de Trabalho 11: Ensino de Sociologia

**Uma crítica à reconstrução da trajetória histórica da Sociologia na
educação básica: investigando o chamado período de exclusão**

Alexandre Barbosa Fraga (NETS/IFCS/UFRJ e SEEDUC-RJ)

Uma crítica à reconstrução da trajetória histórica da Sociologia na educação básica: investigando o chamado período de exclusão¹

Alexandre Barbosa Fraga – NETS/IFCS/UFRJ e SEEDUC-RJ²

Resumo: Entre as muitas formas pelas quais a trajetória histórica da Sociologia como disciplina da educação básica no Brasil pode ser reconstruída, uma delas é por meio das reformas educacionais. Com base nos levantamentos das mudanças na legislação, quatro grandes períodos foram demarcados: a institucionalização (1890-1941), a exclusão (1942-1981), a reinserção gradativa (1982-2007) e o retorno obrigatório (2008-dias atuais). Todavia, apesar de sua importância, há na literatura científica uma crítica à reconstrução da trajetória dessa disciplina pelos marcos legais: a de que ela é limitada e superficial. Em resposta a isso, pesquisas mais recentes vêm buscando analisar de maneira mais complexa esse percurso, enfatizando quatro aspectos: a diversificação das formas de periodização, o entendimento do contexto social e político, a identificação das ideias e dos grupos sociais que participaram do processo e a compreensão dos distintos sentidos conferidos à Sociologia em cada temporalidade. No entanto, mesmo elas pouco estudaram a segunda metade dos anos 1940 e as décadas de 1950, 1960 e 1970, uma vez que a adesão irrestrita aos marcos legais acabou levando a não se buscar Sociologia na educação básica entre 1942 e 1981, com exceção do curso normal. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é comprovar a existência de ensino de Sociologia no período considerado de exclusão. Para isso, pesquisou-se, mediante análise documental e de jornais, um curso de madureza ginasial produzido pela TV Cultura de São Paulo e transmitido entre 1969 e 1970, por meio do qual jovens e adultos poderiam estudar em suas próprias residências e receber, ao final, caso aprovados, o diploma do ginásio. Nessas teleaulas, a Sociologia esteve presente ativamente na parte de “Ciências Humanas”, a qual foi preparada com a participação de professores da USP. Portanto, os resultados da pesquisa apontam para a potencialidade de se procurar Sociologia no chamado período de exclusão, desde que se tenha como base uma visão mais ampla de currículo, para além dos marcos legais e do currículo disciplinar, mobilizando, assim, diferentes agentes e campos envolvidos na recontextualização do conhecimento, conforme teorizado pelo sociólogo Basil Bernstein.

Palavras-chave: História da Sociologia; currículo; educação básica; curso de madureza; anos 1960 e 1970.

¹ Agradeço os comentários críticos de Anita Handfas (UFRJ) à primeira versão deste texto.

² Professor de Sociologia da SEEDUC-RJ e integrante do Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade (NETS/IFCS/UFRJ). Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Mestre em Sociologia pelo mesmo Programa. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pelo IFCS/UFRJ. E-mail: alexbfraga@yahoo.com.br.

1. Introdução

A trajetória histórica da Sociologia como disciplina da educação básica no Brasil pode ser reconstruída de muitas maneiras: pelo levantamento dos professores que a lecionaram ao longo do tempo (CIGALES, 2014; SOARES, 2014, 2015), pelas instituições que a inseriram em seu currículo e pelos programas que formularam (GUELFÍ, 2001; PEREZ, 2002; SOARES, 2009; CIGALES, 2014), pelos livros produzidos e manuais didáticos adotados nas aulas (MEUCCI, 2000, 2007; GUELFÍ, 2001; PEREZ, 2002; SARANDY, 2004; PERUCCHI, 2009; CIGALES, 2014; MONTEZ, 2015; DAROS; PEREIRA, 2015; DESTERRO, 2016; MAÇAIRA, 2017; SOUZA, 2017), pelos conteúdos e questões das avaliações internas e das provas de ingresso ao ensino superior (MEUCCI, 2000; CIGALES, 2014; FRAGA; MATIOLLI, 2015; BODART; MARCHIORI, 2015; SOUZA, 2017), pelos grupos sociais favoráveis ou contrários à presença dela nesse nível de ensino e por suas preocupações, ideias, posições, formas de organização e intervenção (PACHECO FILHO, 1994; GIGLIO, 1999; CARVALHO, 2004; MORAES, 2011; HANDFAS; FRANÇA; SOUZA, 2012; GESTEIRA, 2016), e pelas reformas educacionais via mudanças na legislação (MACHADO, 1987; PACHECO FILHO, 1994; MACHADO, 1996; GUELFÍ, 2001; PEREZ, 2002; SANTOS, 2002, 2004; CARVALHO, 2004; RÊSES, 2004; PERUCCHI, 2009; SILVA, 2010; MORAES, 2011; OLIVEIRA, 2013; CIGALES, 2014; MONTEZ, 2015; SOUZA, 2017).

Esses diferentes objetos de pesquisa, estudados simultaneamente, têm levado a um entendimento mais complexo do processo de institucionalização da Sociologia para além do campo universitário. Entre tais possibilidades de reconstrução dessa trajetória no âmbito escolar, a última delas, pelos marcos legais, tem sido a mais enfatizada pela bibliografia. Nesse caminho, os autores remontaram o histórico da legislação a respeito da educação básica, colocaram o foco sobre as reformas educacionais que se seguiram ao longo do tempo e acompanharam o espaço que elas reservaram ou não à Sociologia no currículo. Sendo assim, com base nos levantamentos das presenças e ausências da Sociologia a que esses autores, em geral, chegaram, e realizada a atualização que se faz necessária devido a novas mudanças nas leis, quatro grandes períodos podem ser demarcados: a

institucionalização (1890³-1941), a exclusão (1942-1981), a reinserção gradativa (1982-2007) e o retorno obrigatório (2008-dias atuais)⁴.

A delimitação precisa e sistemática das idas e vindas da Sociologia na educação básica, iniciada por Machado (1987) e posteriormente adotada e complementada por outros autores, é importante por diversos motivos. Entre eles, do ponto de vista acadêmico, permitiu reconstruir uma parte relevante da história de institucionalização da Sociologia no Brasil, uma vez que essa disciplina chegou primeiramente à educação básica, na década de 1920, e apenas posteriormente ao ensino superior, na década de 1930. Conforme constatado por Handfas (2017), grande parte das primeiras dissertações e teses sobre o ensino de Sociologia, produzidas na pós-graduação brasileira a partir da década de 1990, seguiram a perspectiva de reconstituição histórica da disciplina e buscaram encontrar no passado razões para legitimá-la no presente. Sem tal levantamento dos marcos mais gerais dessa trajetória como um todo, responsável por indicar o leque de possibilidades de pesquisas históricas sobre o tema, tornar-se-iam mais difíceis estudos semelhantes aos que têm sido realizados atualmente, analisando períodos específicos desse percurso e, assim, aprofundando imensamente a compreensão a respeito de cada um deles.

Além disso, do ponto de vista político, a construção dessa periodização tornou-se matéria-prima importante para a formulação de argumentos favoráveis ao retorno da Sociologia à educação básica. A luta pela reintrodução da disciplina, seja em âmbito estadual, na década de 1980, seja em âmbito nacional, na década de 1990 e nos anos 2000, utilizou as informações acumuladas sobre a trajetória histórica para legitimar essa reivindicação. Ou seja, objetivando receber o apoio de entidades de cientistas, professores, sociólogos, estudantes, sindicalistas e de

³ Toda a construção de uma cronologia é arbitrária, no sentido de que envolve escolhas e disputas. Nesse sentido, alguns autores consideram o marco inicial da institucionalização a Reforma Benjamin Constant, de 1890, enquanto outros propõem que ocupem esse lugar os pareceres de Rui Barbosa, de 1882, embora não tenham chegado a ser debatidos no Parlamento. É importante ressaltar, ainda, que muitos dos pesquisadores citados neste artigo erroneamente se referiram à Reforma Benjamin Constant como sendo de 1891, quando o correto é 1890.

⁴ Os marcos iniciais de cada período são os seguintes: 1890 – A Reforma Benjamin Constant, Decreto nº. 981, de 8 de novembro, propôs a Sociologia como disciplina do ensino secundário; 1942 – A Reforma Capanema, Decreto-Lei nº. 4.244, de 9 de abril, terminou com a obrigatoriedade da Sociologia no secundário, com exceção do curso normal; 1982 – A Lei nº. 7.044, de 18 de outubro, pôs fim à obrigatoriedade da profissionalização no 2º grau, retomando o caráter de formação geral desse nível de ensino e, conseqüentemente, ampliando a possibilidade de a Sociologia voltar a ser incluída; 2008 – A Lei nº. 11.684, de 2 de junho, tornou obrigatório o ensino de Sociologia nas três séries do ensino médio.

outros grupos da sociedade civil organizada e convencer deputados e senadores a aprovarem o projeto de lei pela obrigatoriedade, os defensores dessa mudança legislativa, entre outras estratégias, recorreram ao passado. Se diferentes áreas buscavam, no Congresso Nacional, inserir-se na educação básica, os marcos legais ajudaram a mostrar que a Sociologia não queria fazer parte desse nível de ensino pela primeira vez, mas retornar a um lugar que já fora seu e do qual acabou sendo retirada por reformas educacionais de períodos autoritários⁵. Isso contribuiu, portanto, significativamente para legitimar a sua volta, no que pode ser caracterizado como um uso político do passado (HARTOG; REVEL, 2001).

No entanto, apesar desses aspectos positivos, há na literatura científica uma crítica à reconstrução da trajetória dessa disciplina na educação básica pelas reformas educacionais e pelas mudanças na legislação: a de que ela é limitada e mais superficial. Isso porque apenas esse tipo de levantamento não é capaz de elucidar os diferentes sentidos atribuídos à Sociologia ao longo do tempo e as percepções dos atores sociais que a defenderam ou suprimiram em cada momento:

...sobretudo nos estudos voltados para a Sociologia no ensino médio, há uma tendência de privilegiar a história da legislação, sem uma pesquisa mais detalhada dos agentes que produziram a legislação e o movimento dos vários sujeitos em torno dessas legislações e, especificamente, do processo de inclusão dessa disciplina nos currículos das escolas. (...) não se verificam análises que contemplem como esses espaços foram formados e a partir de quais sujeitos/agentes, ou seja, quem se movimentou, em quais sentidos, junto e a partir de quais estruturas/instituições para criar a possibilidade de constituição da Sociologia como disciplina escolar (SILVA, 2006, p. 40/41).

Seria um procedimento metodológico equivocado de nossa parte limitar a análise da trajetória da Sociologia no Ensino Secundário aos momentos em que ela esteve presente ou ausente do contexto escolar. Uma direção mais pertinente é a de identificar as forças políticas hegemônicas que atuaram nesse processo, de modo a confrontar as diferentes motivações e sentidos

⁵ Essa interpretação de que a Sociologia foi excluída da educação básica e mantida nessa situação pelas ditaduras ocorridas no país e de que a sua presença está ligada a contextos democráticos e a sua ausência a contextos autoritários tem uma grande força política e foi utilizada na luta pela reintrodução da disciplina. No entanto, não é totalmente precisa. Primeiramente, porque isso pressupõe que a Sociologia foi sempre crítica ao longo do tempo. Não é o caso, podendo ser crítica, mas também conservadora. Dessa forma, dependendo do sentido atribuído a ela, não é necessariamente incompatível com governos autoritários. Em segundo lugar, de acordo com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006, p. 104/105), essa interpretação não se confirma em pelo menos dois períodos: entre 1937 e 1942 a Sociologia estava presente no currículo com caráter obrigatório em pleno auge do Estado Novo, a ditadura de Getúlio Vargas, e em 2001, na democracia, o presidente da República Fernando Henrique Cardoso vetou a sua inclusão como disciplina obrigatória. Em terceiro, essa trajetória intermitente está ligada a outros fatores além do contexto político do país: ao grau de mobilização dos movimentos sociais, à visão dos elaboradores das reformas educacionais (SANTOS, 2004, p. 131) e ao estabelecimento de uma burocracia educacional mais técnica (MORAES, 2011, p. 365).

dados à Sociologia no contexto escolar (HANDFAS; FRANÇA; SOUZA, 2012, p. 111).

Em resposta a essa crítica, a partir dos anos 1990, pesquisas vêm buscando analisar de maneira mais complexa a trajetória da Sociologia na educação básica. Para isso, quatro aspectos passaram a ser enfatizados por elas: a diversificação das formas de periodizar essa história, por meio de outros recortes que não apenas o das reformas educacionais: professores que lecionaram, instituições e programas, manuais didáticos, conteúdos e questões das provas, conforme indicado anteriormente; o entendimento do contexto social e político de determinada época; a identificação dos diferentes grupos sociais, com posições contrárias ou favoráveis à disciplina, que fizeram parte desse percurso, seus interesses e estratégias de mobilização e ação; e a compreensão dos distintos sentidos conferidos à Sociologia em cada temporalidade.

Entre os estudos que apresentaram algumas dessas preocupações, uma forma de organizá-los é pelas décadas sobre as quais se debruçaram.

1850-1910	PACHECO FILHO, 1994.
1920	PACHECO FILHO, 1994; GUELFY, 2001; PEREZ, 2002; SOARES, 2009, 2014, 2015.
1930	PACHECO FILHO, 1994; MEUCCI, 2000, 2007; GUELFY, 2001; PEREZ, 2002; SOARES, 2009, 2014, 2015; DAROS; PEREIRA, 2015; BODART; MARCHIORI, 2015.
1940	GIGLIO, 1999; MEUCCI, 2000, 2007; GUELFY, 2001; SOARES, 2009, 2014, 2015; CIGALES, 2014; DAROS; PEREIRA, 2015.
1950	GIGLIO, 1999; CIGALES, 2014.
1960	PERUCCHI, 2009; CIGALES, 2014.
1970	PERUCCHI, 2009; CIGALES, 2014.
1980	SARANDY, 2004; PERUCCHI, 2009; HANDFAS; FRANÇA; SOUZA, 2012.
1990	CARVALHO, 2004; SARANDY, 2004; MORAES, 2011; HANDFAS; FRANÇA; SOUZA, 2012; FRAGA; MATIOLLI, 2015; GESTEIRA, 2016.
2000	CARVALHO, 2004; MORAES, 2011; FRAGA; MATIOLLI, 2015; GESTEIRA, 2016; MAÇAIRA, 2017; SOUZA, 2017.

2010	FRAGA; MATIOLLI, 2015; MONTEZ, 2015; DESTERRO, 2016; SOUZA, 2017.
------	---

Comparando o intervalo temporal examinado por cada um desses estudos aos marcos legais da Sociologia na educação básica e desconsiderando o momento recente pós-obrigatoriedade, é possível constatar que os períodos mais pesquisados correspondem à institucionalização (1890-1941) e à reinserção gradativa (1982-2007). Já sobre a segunda metade dos anos 1940 e sobre as décadas de 1950, 1960 e 1970 há apenas quatro trabalhos (GIGLIO, 1999; PERUCCHI, 2009; CIGALES, 2014; DAROS; PEREIRA, 2015), uma vez que esse período é marcado, do ponto de vista das reformas educacionais, pela ausência da disciplina do ensino secundário, estando presente apenas no currículo dos cursos normais⁶. Não à toa, dessas quatro produções, duas investigaram a Sociologia em instituições de formação de professores: Cigales no Colégio São José de Pelotas (RS) e Daros e Pereira no Colégio Coração de Jesus (SC). Enquanto isso, Giglio analisou as reflexões de Florestan Fernandes e Costa Pinto nas décadas de 40 e 50 sobre o ensino de Sociologia na escola brasileira. Isso significa que apenas o estudo de Perucchi (2009) foi procurar saberes sociológicos no ensino regular no período considerado de exclusão.

Dessa forma, o primeiro objetivo deste artigo é apresentar mais uma crítica à reconstrução da trajetória dessa disciplina pelas reformas educacionais: além de ser limitada e mais superficial, a adesão irrestrita aos marcos legais acaba levando a não se buscar Sociologia na educação básica entre 1942 e 1981, com exceção dos cursos normais. No entanto, não ser legalmente obrigatória no currículo não significa necessariamente seu completo alijamento. A compreensão de outras formas de presença da Sociologia nesse nível de ensino nas décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970 é um desafio para os estudos sobre a história dessa disciplina e tem o potencial de torná-la cada vez mais completa.

Para mostrar que é possível encontrar Sociologia no período de exclusão, há a pesquisa de Perucchi (2009), que analisou livros didáticos de Organização Social

⁶ Enquanto a Sociologia esteve presente no então ensino secundário de 1925 a 1942, nos cursos normais ficou por mais tempo, de 1928 a 1971. Ocorre que a Reforma Capanema, de 1942, conforme visto, retirou a obrigatoriedade dessa disciplina, mas com exceção do curso normal. Neste, a Sociologia permaneceu até 1971, quando, por meio da Lei nº. 5.692, de 11 de agosto, conhecida como Reforma Jarbas Passarinho, foi excluída até mesmo da formação de professores.

e Política Brasileira (OSPB) utilizados em sala de aula durante a ditadura militar, buscando compreender de que forma os saberes sociológicos ingressaram na escola por meio dessa disciplina. Seguindo caminho semelhante, este artigo estuda outro exemplo para comprovar a razoabilidade da crítica aqui realizada à reconstrução da trajetória pelas mudanças na legislação. Ou seja, seu segundo objetivo é constatar a existência de ensino de Sociologia na educação básica para além dos marcos legais. Trata-se de um curso de madureza ginasial produzido pela TV Cultura de São Paulo e transmitido entre 1969 e 1970, por meio do qual quem se dispusesse a estudar por teleaulas em sua própria residência poderia receber, ao final, o diploma de conclusão do ginásio⁷. Nesse curso, a Sociologia esteve presente ativamente na parte de “Ciências Humanas”, a qual foi preparada com a participação de professores da USP.

2. O Curso de Madureza Ginasial da TV Cultura de São Paulo

Em entrevista concedida por Celso Machado a respeito do processo de elaboração de seu trabalho pioneiro sobre os marcos legais da história da Sociologia como disciplina escolar (HANDFAS; FRAGA, 2014), foi-lhe perguntado se, em vista da abrangência da pesquisa realizada, houve alguma informação que tenha encontrado e julgado importante, mas que acabou não fazendo parte de seu artigo publicado na Revista da Faculdade de Educação da USP (MACHADO, 1987). O autor respondeu que algo que ele localizou durante a realização do estudo, mas que à época não achou pertinente inserir no artigo, foi um curso de Madureza elaborado em meados de 1970 por um grupo de professores da USP para a TV Cultura de São Paulo, o qual era formado por uma parte de “Ciências Humanas”, em que a Sociologia estava presente.

⁷ Segundo a primeira LDB, nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a educação na época estava organizada em pré-primária, primária, de grau médio e superior. Enquanto o ensino pré-primário destinava-se à formação dos menores de sete anos, o ensino primário era ministrado em quatro séries para crianças a partir desta idade. Já o ensino médio direcionava-se à formação dos adolescentes e estava organizado em dois ciclos: o ginasial e o colegial. O ciclo ginasial era indicado ao aluno com o curso primário concluído e com onze anos completos ou que viesse a alcançá-los no decorrer do ano letivo e tinha a duração de quatro séries. O ciclo colegial, por sua vez, era dirigido ao estudante com diploma do ginásio e com quinze anos de idade ou que os completaria ao longo do ano e se estendia por três séries. Portanto, o curso de madureza ginasial permitia a jovens maiores de 16 anos e a adultos receberem o certificado do ginásio, ou seja, finalizarem as quatro primeiras séries do ensino médio, voltadas aos adolescentes entre 11 e 15 anos.

O fato de essa informação não ter sido incorporada em seu artigo, publicação que, desde a década de 1980, vem influenciando os pesquisadores interessados na história da Sociologia na educação básica, contribuiu para que a concepção de uma exclusão, entre 1942 e 1981, ganhasse força e vigorasse até hoje. Ainda que os autores que reconstruíram a trajetória da Sociologia via marcos legais tenham evidenciado apenas se tratar da falta de obrigatoriedade, essa ideia de um período de exclusão tornou-se um senso comum erudito. Ou seja, uma impressão ou constatação equivocada, mas que foi produzida em diálogo com pesquisas e debates acadêmicos, acabando por ser “naturalizada” como verdade. Sendo assim, a ideia transmitida nesse processo de vulgarização não faz parte do senso comum nem chega ao conhecimento científico, em vez disso permanece imprecisa e incorreta ao mesmo tempo em que ganha legitimidade por sua aproximação com a ciência.

Não estar presente como disciplina obrigatória durante esses anos não significa que o seu alijamento tenha sido completo. Pelo contrário, é possível encontrar Sociologia para além dos marcos legais e das reformas educacionais. No entanto, para isso, é preciso ter como base uma visão mais ampla de currículo, mobilizando diferentes agentes e campos envolvidos na recontextualização do conhecimento, conforme teorizado pelo sociólogo Basil Bernstein (1996, 2003), o que não foi feito pelos autores que reconstruíram a trajetória pelos marcos legais. Nesse sentido, a pista fornecida por Machado da existência de um curso de madureza que incluiu as Ciências Sociais por volta dos anos 1970, caso investigada, poderia comprovar a presença da Sociologia no período e encorajar outros trabalhos a procurarem-na nesse intervalo de tempo. Sendo assim, neste ponto, serão analisadas as informações que puderam ser reunidas sobre esse curso e a respeito do papel que a Sociologia desempenhou nele.

Os cursos de madureza criados na década de 1960 foram uma resposta ao artigo 99 da LDB de 1961, que permitiu aos maiores de dezesseis anos a obtenção do certificado de conclusão do curso ginásial (quatro primeiras séries do ensino médio) e aos maiores de dezenove anos a conquista do diploma do curso colegial (três últimas séries do ensino médio), mediante a prestação de exames de madureza após estudos realizados sem observância de regime escolar. Primeiramente, exigia-se o prazo de dois a três anos para que o aluno finalizasse cada ciclo. A partir do Decreto-Lei nº. 709, de 1969, essa obrigação foi abolida,

permitindo que, caso tivesse concluído o nível de ensino anterior e estivesse na idade mínima exigida, qualquer um pudesse se submeter às avaliações, o que procurou beneficiar a maior parte dos interessados, jovens e adultos estudando por conta própria com o intuito de realizar as provas oficiais.

A fim de preparar os estudantes para os exames, além dos vários cursos particulares abertos pelo país, outras experiências foram sendo testadas. Se no Brasil já haviam sido utilizados, em períodos anteriores, o rádio e a correspondência postal como ferramentas para o ensino a distância, a televisão, a partir dos anos sessenta, serviu ao mesmo propósito. Essa era uma das novidades propostas pela TV Cultura antes mesmo de ser vendida para a Fundação Padre Anchieta, do Governo do Estado de São Paulo, em 1967⁸. Por quase dois anos, o canal passou por um processo de reorganização da estrutura e de planejamento e gravação das atrações. Quando foi reinaugurado em 15 de junho de 1969, sob essa administração, apresentou uma nova programação educativa e cultural. Entre os programas regulares exibidos já no dia seguinte, estava o Curso de Madureza Ginásial, totalmente reformulado. O seu grande desafio era mostrar que uma aula transmitida pela televisão poderia ser eficiente e agradável ao mesmo tempo.

Os alunos com pelo menos dezesseis anos e que não frequentaram o ensino formal no tempo previsto em lei inscreviam-se antes de iniciar o curso, compravam os fascículos com os conteúdos de cada disciplina nas bancas de jornal, assistiam às aulas pela televisão e, ao final, realizavam uma prova com data e local marcados para, caso aprovados, receberem o diploma de conclusão do ginásio. Enquanto os cursos de madureza particulares custavam entre NCr\$ 50,00 e 90,00 mensais por aluno, o da TV Cultura saía por dois cruzeiros novos por semana, que era o preço das apostilas. Aqueles que não tivessem aparelho de televisão em casa ou que assim desejassem poderiam assistir às aulas em dezenas de telepostos espalhados pela cidade de São Paulo, nos quais havia monitores para assessorar os alunos⁹. O programa era transmitido ainda por outras 29 emissoras de televisão em todo o país e também via emissoras de rádio.

⁸ A partir de 15 de janeiro de 1966, quando ainda era uma emissora privada, a TV Cultura exibia das 9h às 11h o Curso de Madureza Ginásial, a ser acompanhado por apostilas distribuídas gratuitamente.

⁹ “Responsáveis por cursos de madureza paulistas não veem concorrente na TV Educativa”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, sábado, 07 de junho de 1969, 1º caderno. P. 4.

Os telepostos estavam divididos em três: o grupo A eram os mantidos pela Fundação Padre Anchieta; o grupo B eram os centros de recepção em estabelecimentos comerciais, industriais, bancários, hospitalares, presidiários e coletividades religiosas e assistenciais; e o grupo C eram os núcleos de funcionamento vinculados aos Centros Juvenis Noturnos da Secretaria da Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo. A TV Cultura sugeria que, para a instalação de um teleposto, era necessária uma sala provida de um aparelho de televisão de 21 ou 23 polegadas para atender de 40 a 50 alunos. O monitor presente efetuava a matrícula, controlava a frequência e comparecia a reuniões mensais com a equipe de criação dos programas (BARROS FILHO, 2011, p. 173/174). Professores escreviam o texto e juntamente com produtores concebiam e montavam as teleaulas¹⁰. Para o telespectador ser atraído, a ideia era se diferenciar da escola tradicional, com o uso de imagens ilustrativas, filmes, desenhos animados e situações encenadas por atores.

O curso de madureza ocupava parte do chamado “horário nobre”, pois ia ao ar de segunda a sexta-feira das 20h às 21h, para que os trabalhadores pudessem acompanhá-lo. Nesse período, eram exibidas três aulas por dia, com duração de vinte minutos cada, posteriormente reprisadas aos sábados e aos domingos das 16h às 19h. O curso era formado pelas seguintes áreas: Português, Matemática, Ciências Naturais, Geografia, História e Ciências Humanas. Chama atenção, portanto, que a Geografia e a História estejam separadas das Ciências Humanas, mas isso está relacionado a uma inovação dessa formação proposta pela TV Cultura, curiosa se pensarmos que ela se deu durante a ditadura civil-militar, entre junho de 1969 e meados de 1970, em pleno vigor do Ato Institucional nº. 5. Além dessas cinco disciplinas efetivamente ensinadas no ensino regular ginasial e exigidas nos exames de madureza, foram incluídas aulas de Ciências Humanas, com o objetivo de “ajudar o aluno a compreender melhor o meio social em que vive, enriquecendo-o com novas informações sobre o próprio comportamento humano¹¹”.

A parte de Ciências Humanas teve como produtor o jornalista Fernando Pacheco Jordão. Os conteúdos transmitidos nas teleaulas foram elaborados, entre

¹⁰ Os professores responsáveis pelo conteúdo de cada disciplina eram de diversos departamentos da Universidade de São Paulo, além de entidades especializadas, como o Grupo de Estudos de Matemática Moderna (GEMM).

¹¹ “Sonata e peça teatral são atrativos maiores no 1º dia da TV Educativa paulista”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 18 de junho de 1969, 1º caderno. P. 12.

outros, pela Antropóloga Ruth Cardoso, pelo economista Paul Singer, pelo sociólogo Gabriel Cohn, pelo sociólogo e demógrafo Cândido Procópio Ferreira de Camargo e pelo psicólogo Rodolfo Azzi. Ao todo, foram abordados setenta e cinco temas distribuídos em seis unidades: “As relações entre as pessoas”, “Como as pessoas se tornam do modo que são”, “A cultura”, “As origens da nossa sociedade”, “A organização econômica e política da nossa sociedade” e “A sociedade em mudança”. Aulas que também poderiam ser acompanhadas pelos fascículos comprados nas bancas de jornal. Isso significa que a Sociologia, apesar de fora do ensino secundário obrigatório na época, esteve presente ativamente nesse projeto da TV Cultura, contribuindo para a formação de jovens e adultos, ainda que apenas nesse primeiro ano de exibição. Na reformulação que o curso sofreu para sua segunda edição, as “Ciências Humanas” foram substituídas por “Moral e Cívica”.

Durante essa exibição, as Ciências Humanas foram ensinadas por meio do recurso de encenações teatrais, conforme descreveu o produtor Fernando Pacheco Jordão:

Eu e o sociólogo Gabriel Cohn, da Universidade de São Paulo, que me assessorava, tínhamos quebrado a cabeça, durante várias semanas, procurando a melhor forma de colocar, em termos de televisão, conceitos abstratos sobre as regras de comportamento nas relações sociais, os papéis sociais e os meios que a sociedade aplica para fiscalizar o desempenho desses papéis pelas pessoas. Discutimos e abandonamos vários caminhos, pensados basicamente na linha do documentário, para nos fixarmos, finalmente, na fórmula da dramatização mais familiar ao espectador do que o documentário e mais eficaz também como meio de ensino (JORDÃO, 1971).

Uma das lições pode ser assistida, em parte, na internet¹². Provavelmente, trata-se da aula “Como assumimos novos papéis com a idade”, da unidade I: “As relações entre as pessoas”. No vídeo, o apresentador nos fala sobre Oswaldo, um dos personagens da dramatização, e a respeito dos diferentes papéis que ele representa nos vários grupos sociais dos quais faz parte, no emprego, na família, na igreja e no clube. Como estratégia didática, Oswaldo aparece com placas coladas sobre seu corpo indicando o nome dos papéis sociais que desempenha: operário, marido, pai, católico e secretário do clube do bairro. Para o telespectador compreender que cada um dos papéis tem suas regras de comportamento específicas, conforme explica o apresentador, Oswaldo conta o que se espera dele

¹² No seguinte endereço: <<https://www.youtube.com/watch?v=QMm0Wew4xug>>. Acesso em 20 de julho de 2016.

em uma por uma dessas situações. Chega-se à conclusão de que todo o papel social é um compromisso que o indivíduo assume com a sociedade, que exige o seu cumprimento.

Como operário, se ele falha no cumprimento do papel, pode perder o emprego. E, segundo os personagens, foi o que aconteceu, já que ele não era pontual. Além disso, o trabalho como operário acaba prejudicando o papel dele como pai, já que, devido às horas extras frequentes que precisa fazer, passa pouco tempo com os filhos. O papel de secretário do clube também ocupa parte de seu tempo no final de semana. Fica claro, então, que todas as pessoas têm muitos papéis ao mesmo tempo e que às vezes um prejudica o outro. Para exemplificar a ideia de que com o tempo as posições e os papéis sociais mudam e as regras de comportamento vão ficando diferentes, a personagem mais velha em cena diz ficar escandalizada porque uma viúva vai se casar novamente e que, no tempo em que o marido dela era vivo e trabalhava, não existia o descanso remunerado. Sendo assim, a todo o momento, o apresentador interage com os personagens, de forma a explicar conceitualmente aquilo que aparece empiricamente nas situações cotidianas vividas ou relatadas por eles.

3. Conclusão

A reconstrução da trajetória histórica da Sociologia como disciplina da educação básica no Brasil por meio das reformas educacionais permitiu, ainda que superficialmente, o entendimento dos períodos nos quais essa disciplina esteve presente ou ausente no currículo escolar. Esse levantamento possibilitou que pesquisas atuais pudessem se debruçar sobre partes específicas desse percurso, construindo outras formas de periodização e identificando de maneira mais aprofundada o contexto social e político, as ideias, os grupos sociais e os sentidos atribuídos à Sociologia em cada temporalidade. Além disso, essa delimitação dos marcos legais tornou-se importante na luta pela reintrodução da disciplina ao ensino secundário, contribuindo para os argumentos favoráveis ao retorno. No entanto, se por um lado essa periodização via reformas educacionais foi suficiente para derrubar algumas afirmações do senso comum, como a de que a Sociologia sempre esteve presente na educação básica nos momentos democráticos e fora dela nas ditaduras; por outro, deu origem a um senso comum erudito de que o período de 1942 a 1981

é marcado pela exclusão, não havendo, portanto, necessidade de se buscar Sociologia ao longo dele nesse nível de ensino.

Essa ideia equivocada e cristalizada acabou por privar parte dos anos 1940 e as décadas de 1950, 1960 e 1970 de pesquisas sobre a Sociologia no ensino secundário. Apenas estudos a respeito dessa disciplina no curso normal foram realizados, uma vez que nele ela esteve presente até 1971. O Curso de Madureza Ginásial da TV Cultura de São Paulo é um bom exemplo de que não ter a obrigatoriedade legal no currículo não significa necessariamente seu completo alijamento. Nesse sentido, entre junho de 1969 e meados de 1970, milhares de jovens e adultos conseguiram concluir o ginásio por meio de teleaulas e de apostilas vendidas nas bancas de jornal, nas quais a Sociologia esteve efetivamente presente na parte de “Ciências Humanas”. Ou seja, os conhecimentos acumulados por essa disciplina contribuíram para a formação educacional dessas pessoas especificamente e de tantas outras que possam ter assistido mais esporadicamente a algumas das aulas de vinte minutos pela televisão, em plena ditadura civil-militar. Nelas, o sociólogo Gabriel Cohn e o produtor Fernando Pacheco Jordão discutiram temas e conceitos sociológicos a partir de situações encenadas por atores.

Portanto, o Curso de Madureza Ginásial da TV Cultura demonstra a presença concreta da Sociologia na educação básica no período considerado de exclusão. Estando aberta tal possibilidade, os pesquisadores interessados no tema poderão buscar responder, entre outras, as seguintes questões: após a Reforma Capanema de 1942, em que a obrigatoriedade do ensino de Sociologia foi retirada, essa disciplina permaneceu de alguma forma em determinadas escolas? Nos livros didáticos de Organização Social e Política Brasileira (OSP) e de Educação Moral e Cívica (EMC), durante a ditadura civil-militar, havia saberes sociológicos? Nessa época, os professores formados em Ciências Sociais, ao lecionarem tais disciplinas, incluíam a Sociologia nas aulas? Essas indagações e o posterior esforço de pesquisa farão com que a compreensão da trajetória histórica da Sociologia na educação básica fique cada vez mais completa. Para isso, é preciso perceber que de 1942 a 1981, devido à falta de obrigatoriedade, a Sociologia dificilmente será encontrada se a visão ficar restrita aos marcos legais e ao currículo disciplinar, tornando-se, então, imprescindível procurá-la nesse período a partir de definições curriculares mais amplas, bem como de uma multiplicidade de dinâmicas, agentes e campos frequentemente desconsiderados.

Referências bibliográficas:

BARROS FILHO, Eduardo Amando de. *Por uma televisão cultural-educativa e pública: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

BERNSTEIN, Basil. *A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. A pedagogização do conhecimento: estudos sobre recontextualização. *Cadernos de Pesquisa*, n. 120, nov. 2003. Pp. 75-110.

BODART, Cristiano; MARCHIORI, Cassiane. Fundamentos do ensino de sociologia católica em uma escola normalista pública em 1935. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, Vitória, v. 3, n. 2, 2015. Pp. 18-38.

BRASIL. *Decreto-Lei nº. 709*, de 28 de julho de 1969. Dá nova redação ao art. 99, da Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

_____. *Lei nº. 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL, MEC, SEB. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*. Ciências Humanas e suas Tecnologias – Conhecimentos de Sociologia. Brasília: MEC, SEB, 2006.

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso Xavier de. “A trajetória histórica da luta pela introdução da disciplina de Sociologia no Ensino Médio no Brasil”. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de (Org.). *Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio*. Ijuí: Unijuí, 2004. Pp. 17-60.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. *A sociologia educacional no Brasil (1946-1971): análise sobre uma instituição de ensino católica*. Dissertação de Mestrado em Educação. Pelotas: UFPel, 2014.

DAROS, Maria das Dores; PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. A sociologia cristã e o pensamento de Alceu Amoroso Lima em um colégio católico de formação de professoras em Santa Catarina. *Rev. bras. hist. educ.*, Maringá-PR, v. 15, n. 1 (37), jan./abr. 2015. Pp. 235-267.

DESTERRO, Fabio Braga do. *Sobre livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio*. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MATIOLLI, Thiago Oliveira Lima. “A Sociologia no vestibular e no ENEM: o caminho da legitimidade pelo enquadramento”. In: HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa. *Conhecimento escolar e ensino de Sociologia: instituições, práticas e percepções*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015. Pp. 252-278.

GESTEIRA, Beatriz Muniz. *A cidadania como objetivo do ensino de Sociologia no Ensino Médio: o sentido atribuído pelas instituições políticas*. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

GIGLIO, Adriano. *A Sociologia na escola secundária: uma questão das ciências sociais no Brasil – Anos 40 e 50*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

GUELFY, Wanirley Pedroso. *A Sociologia como disciplina escolar no ensino secundário brasileiro: 1925-1942*. Dissertação de Mestrado em Educação. Curitiba: UFPR, 2001.

HANDFAS, Anita. “As pesquisas sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica”. In: SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli; GONÇALVES, Danyelle Nllin (Org.). *A Sociologia na Educação Básica*. São Paulo: AnnaBlume, 2017. Pp. 367-386.

HANDFAS, Anita; FRAGA, Alexandre Barbosa. Estabelecendo os marcos da história da Sociologia como disciplina escolar: entrevista com Celso de Souza Machado. *Saberes em Perspectiva*, Jequié, v. 4, n. 8, jan./abr. 2014. Pp. 239-256.

HANDFAS, Anita; FRANÇA, Thays Marcelly; SOUZA, Aline Miranda e. “A trajetória de institucionalização da Sociologia na Educação Básica no Rio de Janeiro”. In: FIGUEIREDO, André Videira de; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; PINTO, Nalayne Mendonça. *Sociologia na sala de aula: reflexões e experiências docentes no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012. Pp. 109-125.

HARTOG, F; REVEL, J. (Org.). *Les usages politiques du passé*. Paris: Editions de L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2001.

JORDÃO, Fernando Pacheco. “Uma vivência de produção”. In: *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, nº. 28. Rio de Janeiro: Edições Jornal do Brasil, jan./fev. de 1971.

MAÇAIRA, Julia Polessa. *O ensino de Sociologia e Ciências Sociais no Brasil e na França: recontextualização pedagógica nos livros didáticos*. Tese de Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

MACHADO, Celso de Souza. O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar. *Revista da Faculdade de Educação*, 13 (1), jan./jun. 1987. Pp. 115-142.

MACHADO, Olavo. *O Ensino de Ciências Sociais na Escola Média*. Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo: USP, 1996.

MEUCCI, Simone. Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. *Revista Mediações* (UEL), v. 12, nº. 1, jan./jun, 2007. Pp. 31-66.

_____. *A institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas, SP: UNICAMP, 2000.

MONTEZ, Gabriela. *Formando o Cidadão e Construindo o Brasil: a socialização política nos manuais de Educação Moral e Cívica e de Sociologia*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

MORAES, Amaury. Ensino de sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 31, n. 85, set.-dez, 2011. Pp. 359-382. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n85/04v31n85>>.

OLIVEIRA, Amurabi. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. *Acta Scientiarum. Education*. Maringá, v. 35, n. 2, July-Dec., 2013. Pp. 179-189.

PACHECO FILHO, Clovis. *Diálogo de surdos: as dificuldades para a construção da sociologia e de seu ensino no Brasil (1850-1935)*. Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo: USP, 1994.

PEREZ, Cilmara Ferrari. *A formação sociológica das normalistas nas décadas de 20 e 30*. Dissertação de Mestrado em Educação. Campinas, SP: UNICAMP, 2002.

PERUCCHI, Luciane. *Saberes sociológicos nas escolas de nível médio sob a ditadura militar: os livros didáticos de OSPB*. Dissertação de Mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 2009.

RÊSES, Erlando da Silva. *...E com a palavra: os alunos: estudo das representações sociais dos alunos da rede pública do Distrito Federal sobre a Sociologia no Ensino Médio*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Brasília: UnB, 2004.

SANTOS, Mário Bispo dos. "A Sociologia no contexto das reformas do Ensino Médio". In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de (Org.). *Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio*. Ijuí: Unijuí, 2004. Pp. 131-180.

_____. *A Sociologia no Ensino Médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Brasília: UnB, 2002.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. *A sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. "O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas". In: *Sociologia: ensino médio*. Coleção Explorando o Ensino, vol. 15. Brasília: MEC, 2010. Pp. 15-44.

_____. *Das fronteiras entre ciência e educação escolar: as configurações do ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Estado do Paraná (1970-2002)*. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2006.

SOARES, Jefferson da Costa. "A identidade profissional dos primeiros professores de Sociologia do Colégio Pedro II". In: HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa. *Conhecimento escolar e ensino de Sociologia: instituições, práticas e percepções*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

_____. *Dos professores "estranhos" aos catedráticos: aspectos da construção da identidade profissional docente no Colégio Pedro II (1925-1945)*. Tese de Doutorado em Educação. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

_____. *O ensino de Sociologia no Colégio Pedro II (1925-1941)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

SOUZA, Agnes Cruz de. *A Sociologia escolar: imbricações e recontextualizações curriculares para a disciplina*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: UNESP, 2017.